

Estado da publicação: O preprint foi submetido para publicação em um periódico

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DOS ESTUDANTES DO ENSINO A DISTÂNCIA (EaD) EM ANGOLA

Emanuel Jamba Ferreira, Cireneu de Jesus André Francisco

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.12905>

Submetido em: 2025-08-05

Postado em: 2025-08-07 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o endosso de:

Francisco Mateus "Saluka ya Ngongo" (ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-7151-3419>)

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DOS ESTUDANTES DO ENSINO A DISTÂNCIA (EaD) EM ANGOLA

Emanuel Jamba Ferreira

Instituição de Ensino: Universidad Europea del Atlántico

E-mail: emmmanuelregistoeleitoral.sumbe@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-7626-4803>

Cireneu de Jesus André Francisco

Instituição de Ensino: Universidad Europea del Atlántico

E-mail: cireneucaf@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9567-2944>

Resumo

O estudo apresentado aborda os desafios e oportunidades do Ensino a Distância (EaD) em Angola, destacando as lacunas nas políticas de financiamento que excluem essa modalidade dos programas de bolsas de estudo. A pesquisa parte da premissa de que a falta de subsídios específicos compromete a equidade educacional, limitando assim o potencial do EaD como ferramenta de inclusão social e democratização da educação superior. Adoptando uma metodologia qualitativa e uma abordagem exploratória - descritiva, o estudo fundamenta-se em revisão bibliográfica sistemática e análise documental de artigos, relatórios institucionais e legislações. Os resultados evidenciam que, apesar do crescimento do Ensino a Distância (EaD) durante a pandemia, a sua sustentabilidade é limitada por questões estruturais e pela priorização do ensino presencial nas políticas educacionais, perpetuando muitas desigualdades. Conclui-se que parcerias estratégicas e programas específicos de financiamento, junto ao fortalecimento de infraestrutura digital, são essenciais para consolidar o Ensino a Distância como uma modalidade inclusiva. Este estudo contribui para o avanço do conhecimento ao propor soluções para ampliar a inclusão digital e financeira no EaD, especialmente em contextos de baixa renda. As suas implicações práticas são direccionadas a formuladores de políticas e instituições de ensino, reforçando o Ensino a Distância como um pilar que se considere estratégico para o desenvolvimento sustentável de Angola.

Palavras-chave: Ensino a Distância (EaD); Angola; Bolsas de Estudo, Equidade Educacional; Políticas Públicas.

CHALLENGES AND OPPORTUNITIES FOR DISTANCE LEARNING (EaD) STUDENTS IN ANGOLA

Abstract

This study addresses the challenges and opportunities of Distance Learning (EaD) in Angola, highlighting the gaps in funding policies that exclude this modality from scholarship programs. The research is based on the premise that the lack of specific subsidies compromises educational equity, thus limiting the potential of EaD as a tool for social inclusion and the democratization of higher education. Adopting a qualitative, exploratory-descriptive approach, the study is based on a systematic literature review and document analysis of articles, institutional reports, and legislation. The results show that, despite the growth of Distance Learning (EaD) during the pandemic, its sustainability is limited by structural issues and the prioritization of in-person education in educational policies, perpetuating many inequalities. The study concludes that strategic partnerships and specific funding programs, along with the strengthening of digital infrastructure, are essential to consolidate Distance Learning as an inclusive modality. This research contributes to the advancement of knowledge by proposing solutions to expand digital and financial inclusion in EaD, especially in low-income contexts. Its practical implications are directed at policymakers and educational institutions, reinforcing Distance Learning as a strategic pillar for sustainable development.

Keywords: Distance Learning (EaD); Angola; Scholarships; Educational Equity; Public Policies.

Introdução

Em Angola com a pandemia da COVID-19, muitas instituições de ensino adotaram plataformas digitais para continuarem com as suas actividades educativas. Isso permitiu que estudantes de diferentes subsistemas de ensino, e em diversas áreas do país pudessem acessar cursos e materiais educacionais sem precisar estar fisicamente presentes nas instituições. Tal como alude (Brás, 2020, p.29), no subsistema de ensino geral, foi adoptada o Ensino a Distância por meio das tele-aulas e rádio-aulas. Além do mais, o governo angolano nos últimos anos tem investido em infra-estruturas e políticas para promover o Ensino a Distância (EaD), reconhecendo a sua real importância para a inclusão educacional e o desenvolvimento profissional.

Entretanto, nos últimos 5 (cinco) anos, o Ensino a Distância (EaD) tem ganhado espaço no sistema educacional angolano, representando uma solução para muitos desafios enfrentados no país, como o acesso às Instituições de Ensino Superior (IES) e a necessidade de flexibilidade para estudantes com limitações de tempo e recursos suficientes que os permitam estar fisicamente nas instituições. Contudo, esta modalidade apresenta também barreiras significativas, dentre elas problemas técnicos, falta de acesso à Internet e a dispositivos adequados, bem como preocupações com a protecção da confidencialidade dos dados pessoais tal como afirma (Melnik, 2019) citado por (Rybalko et al., 2023); bem como a sustentabilidade financeira das instituições, infraestrutura insuficiente e carências na formação de recursos humanos (Patrocínio et al., 2022); e as dificuldades em participar nas aulas online devido a limitações de recursos financeiros e digitais, impactando o seu envolvimento e satisfação com a experiência de ensino à distância segundo afirma (Salomão et al., 2021). Essas questões dificultam a participação plena de muitos estudantes nas actividades a serem desenvolvidas.

Nesse contexto, a implementação de bolsas de estudo voltadas para o Ensino a Distância (EaD) serviria como uma necessidade estratégica e muito oportuna para ampliar o acesso e a permanência dos estudantes, especialmente aqueles em condições socioeconómicas desfavoráveis. A implementação destas bolsas não só ajudariam a reduzir as barreiras financeiras, como também incentivariam a maior valorização da modalidade, promovendo um ensino de qualidade e inclusivo.

Todavia, a disparidade nas políticas de financiamento evidencia lacunas significativas que comprometem o alcance e a efectividade do Ensino a Distância como modalidade inclusiva de ensino. As políticas educacionais em Angola, apesar de priorizarem bolsas de estudo para o ensino superior presencial, deixam de incluir os estudantes do Ensino a Distância (EaD), evidenciando uma contradição ao princípio de equidade. Essa exclusão impede que esta modalidade alcance a sua plena eficácia na assistência a populações vulneráveis, especialmente aquelas em áreas recônditas e com dificuldades financeiras. A lacuna torna-se ainda mais evidente ao ser contrastada com as prioridades da **Agenda 2063 da União Africana** (2015, p.3), que prevê a criação duma Universidade Africana Virtual e Electrónica, que promova o “acesso garantido à Universidade em qualquer parte do mundo e a qualquer hora (24 horas por dia, 7 dias por semana)”. Considerada como uma ferramenta fundamental para democratizar o acesso à educação superior, o Ensino a Distância, ao ser ignorado nas políticas de financiamento, compromete princípios de justiça social e o alinhamento de Angola às metas educacionais globais.

Ao contribuir para identificar formas de fortalecer a modalidade de Ensino a Distância, este estudo visa abordar as insuficiências existentes, explorando tanto os desafios enfrentados pelos estudantes quanto as oportunidades que podem emergir com a implementação de políticas mais inclusivas. Paralelamente a isso, destaca-se a relevância de subsídios financeiros na consolidação desta modalidade como uma alternativa viável e de qualidade, oferecendo suporte a grupos que actualmente são deixados à margem do sistema educacional.

Outrossim, esta pesquisa enfatiza a pertinência de abordar a exclusão do Ensino a Distância à luz dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 4, que promove a educação inclusiva e de qualidade. Ao alinhar-se a esses objectivos, o estudo apresenta bases essenciais para propor soluções que viabilizem mudanças concretas nas políticas educacionais, atendendo de maneira eficaz às demandas dos estudantes, fortalecendo o sistema educacional angolano.

A pesquisa propõe-se a responder à seguinte pergunta central: *Quais são os reais desafios e oportunidades passados pelos estudantes do Ensino a Distância em Angola?* Para isso, definimos como objectivo geral *analisar os desafios e as oportunidades enfrentadas pelos estudantes desta modalidade em Angola*. Estes

elementos que conduzem o nosso estudo, serão realçados com os merecidos fundamentos no corpo do texto.

2. Referencial Teórico

2.1. Conceitos e Evolução do Ensino a Distância em Angola.

Há diversas definições e conceitos para a Educação a Distância, e todas compartilham certos aspectos em comum. Contudo, cada autor destaca ou dá ênfase a uma característica específica em sua interpretação.

Assim, tal como destaca Peters (1973), citado por Alves (2011, p.3), a Educação a Distância é uma abordagem estruturada e eficiente para compartilhar saberes, habilidades e valores. Isso é fundamentalmente alcançado por meio da aplicação de princípios organizacionais e da divisão do trabalho, além do uso intensivo de tecnologias de comunicação. Tal metodologia permite a produção de materiais educativos de alta qualidade, possibilitando o ensino simultâneo de muitos estudantes, independentemente de sua localização geográfica. Já Perry e Rumble (1987, p.7), afirmam que a Educação a Distância caracteriza-se pela ausência de contacto presencial entre aluno e professor, exigindo assim uma comunicação bidirecional mesmo que não estejam na mesma sala. No entanto, para que essa comunicação ocorra, são utilizados diversos meios disponíveis, como correio postal ou electrónico, telefone, telex, rádio, modems que conectam computadores, telas de TV, e discos de vídeo interativos controlados por computador.

De acordo com Moran (2002) citado por Alfredo (2019), a Educação a Distância é uma modalidade de ensino onde o processo de aprendizagem ocorre mediado exclusivamente por tecnologias, permitindo que professores e estudantes possam estar separados fisicamente ou temporalmente. Nesse modelo, ao contrário do ensino tradicional em que todos estão presentes fisicamente no mesmo local, a EaD utiliza principalmente tecnologias de comunicação, como a Internet para conectar os participantes.

Desmond Keegan (1991) citado por Nunes (1993) realça que:

O termo genérico de Educação a distancia inclui um conjunto de estratégias educativas referenciadas por: educação por correspondência, utilizado no Reino Unido, estudo em casa (home study), nos Estados Unidos, estudos externos (external studies), na Austrália, ensino a distancia, na Open University do Reino Unido. E, também,

téléenseignement, em Francês; Fernstudium/Ferunterricht, em Alemão; educación a distância, em Espanhol; e teleducação, em Português. (p.5)

Para nós, no contexto, o Ensino a distância (EaD), é uma Modalidade de ensino predominantemente ministrada através de um sistema tecnológico de comunicação e formação massiva e bidireccional, que substitui a interação pessoal na sala de aula entre professor e aluno como meio preferencial de ensino e aprendizagem, pela acção sistemática e conjunta de diversos recursos didácticos e o apoio de uma organização tutorial, que propiciam a aprendizagem autónoma dos estudantes. Isso pode ser encontrado no Decreto Presidencial nº 59/20, de 3 de março.

A nosso ver, tendo como enfoque o estudo do conceito sobre o mesmo apresentados por (Peters, 1973; Perry & Rumble, 1987 e Alfredo, 2019), o Ensino a Distância (EaD) pode ser compreendido de forma mais clara como a prática de ensinar de maneira virtual, em que professor e aluno estão em locais distintos, utilizando ferramentas tecnológicas para facilitar a comunicação. Apesar da familiaridade com os modelos de ensino presencial e semi-presencial, a educação ou ensino a distância tem alcançado um número significativo de pessoas ao redor do mundo, tornando-se, para muitos, uma opção essencial na busca por conhecimento e aprendizado contínuo.

Do ponto de vista histórico o Ensino a Distância (EaD) teve sua origem há mais de 150 anos, na Inglaterra, num período em que a Europa vivenciava os princípios da Revolução Industrial. Nesse contexto, o EaD começou a se desenvolver ao aproveitar as condições proporcionadas pela sociedade industrializada, como o uso do correio postal e as vias de comunicação terrestre, o que possibilitou a implementação das primeiras escolas por correspondência (Alfredo, 2019, p.42). Essas inovações marcaram o início de um modelo educacional que, ao longo do tempo, evoluiu significativamente.

Por exemplo, o autor anterior na sua obra (2019), afirma que:

Em 2009, foi criado em Angola um Centro de Ensino à Distância (EaD) pela Universidade Agostinho Neto (UAN). Este Centro possibilitou que os alunos tivessem contacto com professores localizados fora do país, permitindo a realização de aulas sem limitações geográficas. Com a expansão de diversas Universidades, notou-se um aumento significativo no número de estudantes que aderiram a essa modalidade. Em 2010, o ensino à distância foi implementado oficialmente em Angola. Nesse período inicial, cinco Universidades estrangeiras começaram a ministrar cursos no país por meio do EaD, todas em língua portuguesa. A pioneira nesse processo foi a Universidade Aberta de Portugal (UAP), que

estabeleceu parceria com a Embaixada de Portugal. A UAP possui representações em oito cidades angolanas, incluindo Luanda, Benguela, Bié, Cabinda, Huambo, Lubango (Huíla), Kuando-Kubango e Saurimo (Lunda-Sul), oferecendo cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento.” (p.45)

Essa evolução destaca a consolidação do EaD em Angola como uma alternativa viável para superar barreiras geográficas e proporcionar o acesso à educação superior para um número maior de estudantes.

2.2. Impacto da Covid-19 na Expansão da Modalidade do Ensino a Distância em Angola

Enquanto o mundo, por um lado vivia o isolamento causado pela pandemia da COVID-19, noutro lado, a mesma acelerou consideravelmente a necessidade de transformação digital e exigiu respostas mais ágeis e dinâmicas por parte de diversas entidades a nível global. Por assim acontecer, o sector educacional foi um dos que especialmente sentiu-se impactado, enfrentando desafios que demandaram rápidas adaptações, entre as medidas tomadas, destaca-se a criação de Leis e Decretos como: o Decreto Executivo n.º 01/20, de 19 de Março, que orientou a suspensão das actividades lectivas presenciais, implementando consequentemente um programa de ensino a distância para as classes da Iniciação a 9ª classe por meio da televisão e da rádio (Brás, 2021, p.30), seguindo a aprovação do Decreto Presidencial n.º 59/20 de 3 de Março, que regula as modalidades de EaD e semi-presencial no subsistema de ensino superior, e o Decreto Presidencial n.º 321/20 de 24 de Dezembro, regulamento das modalidades de EaD e semi-presencial no ensino primário e secundário angolano. Com efeito, introduziram acções excepcionais para garantir a continuidade dos sistemas educacionais durante o período da pandemia, o que nos leva a crer que, a expansão do EaD tornou-se essencial para atender às novas realidades impostas pela crise sanitária, oferecendo alternativas viáveis ao ensino presencial.

Autores como Barbante (2020); Brás (2021); Salomão et al., (2021); Ferreira (2022), Rybalko et al., (2023) e Barbante (2023), destacam que, diante da COVID-19, o Ensino a Distância consolidou-se como uma condição indispensável para o funcionamento do sistema educacional. Certamente a pandemia da COVID-19 trouxe transformações significativas ao sistema educacional Angolano, impulsionando a implementação e expansão do Ensino a Distância (EaD), devido às restrições impostas pela crise sanitária

e ao fechamento dos estabelecimentos de ensino. Hoje podemos afirmar piamente que o Ensino a Distância emergiu como uma solução indispensável para garantir a continuidade académica tanto em Angola, quanto pelo mundo todo.

3. Políticas Públicas de Financiamento Educacional

3.1. Financiamento e Apoio Social aos Estudantes

Conforme disposto no Decreto Presidencial n.º 63/20 de 4 de Março, Regulamento Geral de Bolsas de Estudo do Subsistema de Ensino Superior, no contexto do apoio social aos estudantes do mesmo subsistema, destaca-se a atribuição de bolsas de estudo como instrumento fundamental para promover o acesso e a permanência no ensino superior, tanto no país quanto no exterior. Essas bolsas são geridas pelo Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudo (INAGBE), que busca atender às necessidades educacionais dos cidadãos nacionais. As bolsas de estudo são classificadas em duas categorias principais: Bolsa de Estudo Externa (BEE), destinada aos estudantes que frequentam cursos de graduação e pós-graduação no exterior, e a Bolsa de Estudo Interna (BEI), voltada para os estudantes matriculados em Instituições de Ensino Superior nacionais.

Nesta perspectiva, ambas contam com subsídios pecuniários concedidos pelo Estado angolano. Em relação aos princípios que orientam a gestão dessas bolsas, incluem a comparticipação ou assunção integral do Estado nos encargos educacionais e a equidade na distribuição e selecção dos beneficiários. Quanto aos seus objectivos, as bolsas visam apoiar a formação de quadros e técnicos em áreas estratégicas para o desenvolvimento do país, além de promover a inclusão de estudantes economicamente carenciados, assegurando a igualdade de oportunidades e a equidade entre todos os discentes, o que quer dizer que as bolsas de estudo são para todos, sem excepção de ninguém independentemente da modalidade de ensino ser presencial ou a distância.

Dessa forma, a concessão de bolsas de estudo reforça o compromisso do governo em garantir o sucesso académico e a formação de recursos humanos qualificados, reconhecendo a importância de apoiar estudantes economicamente vulneráveis e promovendo a democratização do acesso ao ensino superior em suas diversas modalidades.

De acordo com o Anuário Estatístico do Ensino Superior 2021-2022, o governo angolano disponibilizou **27 585 bolsas de estudo**, com um destaque significativo para bolsas internas, conforme os quadros abaixo:

Tabela 1

Bolsas internas por instituição de Ensino superior, Natureza e Sexo

| Instituição de IES e Natureza | Masculino | Feminino | Total |
|--------------------------------------|------------------|-----------------|---------------|
| Pública | 8 258 | 4 371 | 12 629 |
| Privada | 6 219 | 8 420 | 14 639 |
| Total Geral | 14 477 | 12 791 | 27 268 |

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Anuário Estatístico do Ensino Superior 2021-2022. Dezembro de 2023.

Tabela 2

Bolsas Externas por nível de graduação e sexo

| Nível de graduação | Masculino | Feminino | Total | % |
|---------------------------|------------------|-----------------|--------------|-------------|
| Doutoramento | 71 | 9 | 80 | 25,24% |
| Mestrado | 130 | 31 | 161 | 50,79% |
| Licenciatura | 34 | 25 | 59 | 18,61% |
| Especialidade | 8 | 9 | 17 | 5,3% |
| Total Geral | 243 | 74 | 317 | 100% |

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Anuário Estatístico do Ensino Superior 2021-2022. Dezembro de 2023.

Contudo, surpreende-nos a ausência de um direccionamento específico dessas bolsas para os estudantes do Ensino a Distância (EaD), gerando uma reflexão sobre a equidade nas políticas de financiamento educacional.

De igual modo, as projecções realizadas para o período de 2016 e 2030 indicam uma dotação de apoio social, calculada a partir do número total de estudantes (públicos e privados) multiplicado pelo rácio de despesa por aluno, estipulado em **119 241,23 AKz**, revelando uma preocupação do governo em atender as necessidades do sistema educacional (Cerdeira, et al., 2017, p.215). No entanto, a exclusão da modalidade do

Ensino a Distância (EaD) dessas iniciativas expõe uma disparidade evidente em relação ao princípio de equidade. Essa exclusão não só compromete a eficácia do Ensino a Distância como uma alternativa inclusiva, mas também restringe a sua capacidade de atender as populações vulneráveis, sobretudo aquelas em áreas remotas e com notáveis dificuldades financeiras. Ademais, a contradição torna-se ainda mais marcante quando comparada às metas da Agenda 2063 da União Africana, que defende um acesso educacional universal e permanente, exemplificado pela proposta da Universidade Africana Virtual e Electrónica.

Para superar essas lacunas, é essencial que as políticas públicas de financiamento educacional incluam explicitamente a modalidade do Ensino a Distância (EaD) como parta das prioridades. Entendemos que acções como subsídios direccionados, melhoria do acesso à conectividade da internet, incentivos à capacitação dos professores dessa modalidade, e maior divulgação da mesma, podem ampliar o alcance e a eficácia do Ensino a Distância, consolidando-o como uma ferramenta indispensável para a democratização do ensino em Angola.

3.2. Desafios Enfrentados pelos Estudantes no Ensino a Distância

O Ensino a Distância (EaD) em Angola enfrenta desafios significativos, não apenas devido à exclusão nas políticas de financiamento, mas também por problemas concretos enfrentados pelos estudantes, como falta de acesso à internet e a dispositivos adequados, preocupações com a protecção da confidencialidade dos dados pessoais (Melnik, 2019 citado por Rybalko et al., 2023); a sustentabilidade financeira das instituições, infraestrutura insuficiente e carências na formação de recursos humanos (Patrocínio et al., 2022); e os custos elevados de internet, qualidade da conexão, falta de equipamentos (Salomão et al., 2021). Por outra, fruto das nossas experiências enquanto estudantes da Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO), um convênio com a Fundação Universitária Ibero-Americana (FUNIBER), elencamos outros desafios como: o encargo com propinas, ausência de espaços adequados para estudos, entre outros, que afectam significativamente a troca de conhecimentos e o apoio mútuo. Assim sendo, superar essas dificuldades é essencial para garantir a eficácia e a inclusão dessa modalidade de ensino.

Entendemos que, para resolver os elevados custos da internet, o governo poderia estabelecer parcerias com operadoras móveis para criar pacotes acessíveis para estudantes da modalidade do Ensino a Distância, incentivando políticas de subsídios ou isenções fiscais para essas empresas em troca de serviços mais acessíveis. Outrossim, é essencial investir na infra-estrutura tecnológica para melhorar a qualidade da conexão, especialmente em áreas rurais e remotas.

Outro ponto crítico é a disponibilização de equipamentos como computadores e tablets, que poderiam ser concedidos por meio de programas de empréstimos subsidiados ou doações, em parceria com empresas de tecnologia. Além disso, criar espaços de estudo públicos e equipados, como criação e/ou expansão de bibliotecas e centros comunitários com acesso à internet e materiais didáticos, também ajudaria os estudantes a superarem as limitações estruturais.

Quanto aos encargos com propinas, seria necessário revisar as políticas de financiamento e ampliar o acesso à bolsas de estudos direcionadas para a modalidade do Ensino a Distância, garantindo a inclusão de estudantes provenientes de contextos económicos vulneráveis. Portanto, é mister aludir que com a combinação de esforços governamentais, iniciativas privadas e apoio comunitário, é possível reduzir significativamente as lacunas que comprometem a eficácia desta modalidade em Angola. Essas soluções não apenas viabilizariam um maior acesso à educação para os estudantes, mas também fortaleceriam o Ensino a Distância como um instrumento de transformação social, alinhada aos princípios de equidade e inclusão.

3.3. Oportunidades Proporcionadas pelo Ensino a Distância

A modalidade do Ensino a Distância (EaD) tem-se consolidado globalmente como uma modalidade fundamental para promover oportunidades educacionais acessíveis a muitas pessoas. Essa modalidade apresenta oportunidades significativas, como a capacidade de superar barreiras físicas e temporais. O Ensino a Distância rompe com a limitação de distâncias, facilitando o acesso à educação para aqueles que vivem em locais remotos ou têm agendas bastante ocupadas. A mesma dá a oportunidade de os estudantes definirem os seus próprios horários de estudo, adaptando-se assim às suas rotinas. Outra grande oportunidade que lhes é dada é a possibilidade de escolher cursos que não poderiam ser frequentados presencialmente. Para além disso, esta modalidade reduz os riscos

associados ao deslocamento, como enfrentar longos congestionamentos nos grandes centros urbanos e a violência, especialmente à noite, ao deixar com que os estudantes escolham livremente o lugar onde estudar. Essa realidade inclusiva, beneficia, e dá oportunidades, sobretudo, aos trabalhadores que precisam conciliar estudos e suas actividades profissionais (Marques, 2004), citada por Nonato (2015, pp.2-3).

Dessa forma, o Ensino a Distância não apenas amplia as possibilidades de acesso à educação, mas também oferece uma solução prática e segura para aqueles que enfrentam desafios cotidianos, reforçando a sua relevância no mundo moderno.

4. Metodologia Aplicada ao Estudo

Para que o nosso estudo se tornasse numa produção com rigor científico, utilizamos uma abordagem qualitativa, caracterizada pela análise interpretativa de informações colectadas a partir de fontes documentais e revisão bibliográfica. Segundo Minayo (2012), a pesquisa qualitativa nos permite compreender fenómenos sociais a partir da subjetividade dos actores envolvidos, tornando-se assim adequada para o assunto que retratamos neste artigo.

O estudo, na perspectiva do procedimento técnico baseia-se no método exploratório-descritivo, que visa aprofundar o conhecimento sobre o objecto de pesquisa sem a necessidade de testar hipóteses prévias (Gil, 2008). Para tanto, foram analisados artigos científicos, relatórios institucionais e legislaturas educacionais que regulamentam o Ensino a Distância no contexto angolano. A revisão bibliográfica seguiu as diretrizes de Lakatos e Marconi (2003), que destacam a importância da sistematização e categorização de fontes consultadas para garantir a validade dos achados.

Por outra, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), que permite a identificação de padrões e categorias temáticas nos textos examinados. Esse método possibilitou uma avaliação crítica das políticas públicas educacionais e das infraestruturas tecnológicas disponíveis para o Ensino a Distância em Angola.

Os dados para a fundamentação teórica, análise e síntese, bem como a interpretação do problema levantado neste estudo, foram extraídos de bases académicas como o Scielo, Google Scholar e ResearchGate, bases que apresentam artigos publicados em revistas indexadas, garantindo assim o rigor científico das informações que aqui apresentamos.

A selecção das fontes seguiu critérios de relevância, actualidade e impacto no campo da educação a distância.

5. Análise e discussão dos resultados

O ensino a distância (EaD) tem sido um instrumento essencial na democratização da educação em Angola, onde através dele se proporciona o acesso ao ensino superior para as populações que residem em zonas de difícil acesso. No entanto, os resultados desta pesquisa evidenciam que o sucesso do Ensino a Distância anda condicionado por desafios estruturais e limitações financeiras que comprometem a sua eficácia como uma modalidade inclusiva. Nesta secção, discutimos os resultados à luz das políticas públicas de financiamento educacional, avaliando a sua relevância na permanência e no sucesso dos estudantes, destacando o **a) - Financiamento do Ensino a Distância e Acesso à Educação**, como um dos principais entraves da efectividade da modalidade. Ou seja, a carência de políticas de financiamento educacional específicas para esse modelo de ensino, torna-o difícil, principalmente em Angola. De realçar que diferentes pesquisas apontam que a sustentabilidade da Educação a Distância depende de investimentos públicos e privados que garantam infraestrutura tecnológica, capacitação docente e suporte ao aluno tal e qual afirmam (Cury, 2005; Vieira & Vidal, 2019). Sem essas condições, esta modalidade pode se tornar uma ferramenta de exclusão em vez de inclusão.

Só para que se considere, por exemplo, em países como Angola e Brasil, os programas de financiamento educacional têm historicamente priorizado o ensino presencial, deixando lacunas no suporte a estudantes da modalidade a distância (Souza, 2017). Embora algumas iniciativas de bolsas e subsídios existam, muitas delas são voltadas para cursos presenciais, dificultando a adesão de estudantes do Ensino a Distância a esses programas. Esse aspecto reforça a necessidade de políticas públicas voltadas especificamente ao financiamento da educação ou ensino remoto.

A literatura indica que, para garantir equidade, os governos devem estruturar políticas de financiamento que contemplem a gratuidade ou subsídios para o acesso à internet e dispositivos tecnológicos (Sguissardi, 2009). Sem essas iniciativas, os estudantes de baixa renda não sempre de permanecer excluídos, uma vez que a estudo na modalidade à distância requer investimentos próprios em tecnologia que nem todos podem custear.

O **b) - Apoio Social e Permanência dos Estudantes no Ensino a Distância** é um outro factor relevante identificado neste estudo. Segundo Silva e Araújo (2021), a permanência dos estudantes no ensino superior, especialmente em modelos não presenciais, depende muitas vezes de redes de suporte financeiro e psicopedagógico. A ausência de políticas de assistência estudantil voltadas para o ensino remoto agrava o abandono dos cursos, tornando-o uma experiência fragmentada e desigual.

Esta pesquisa revela ainda que estudantes que trabalham e estudam simultaneamente enfrentam maiores dificuldades na conclusão dos cursos, especialmente quando não há programas de apoio financeiro. No Brasil, por exemplo, as políticas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) não contemplam integralmente os estudantes do Ensino a Distância, deixando uma lacuna na assistência a esse público (Cunha, 2016). Já em Angola, a ausência total de programas estruturados de financiamento estudantil específicos para o Ensino a Distância, torna o ensino superior inacessível para muitos. Igualmente, a falta de suporte académico adequado também contribui para as altas taxas de desistência. O Ensino a Distância exige um alto grau de autonomia e disciplina por parte dos estudantes, mas nem todos possuem as condições ideais para manter um ritmo de estudo eficiente. Nesse sentido, iniciativas como tutoria activa e acompanhamento psicopedagógico são essenciais para garantir o sucesso dos estudantes (Moran, 2018). Por fim, um outro elemento importante é a **c) - Desigualdade no Acesso aos Recursos Tecnológicos**. O estudo evidencia que a desigualdade digital é um dos principais desafios do Ensino a Distância em contextos de baixa renda. A falta de acesso à internet de qualidade e a ausência de dispositivos adequados impactam directamente o desempenho académico dos estudantes. Segundo Vieira e Vidal (2019), a democratização do Ensino a Distância passa necessariamente pelo investimento em infraestrutura digital, garantindo que estudantes de diferentes regiões tenham as mesmas oportunidades de aprendizado. A pandemia de COVID-19 expôs ainda mais essas desigualdades, forçando instituições de ensino a adotarem medidas emergenciais para garantir o acesso ao ensino remoto e/ou a distância. No entanto, essas acções foram temporárias e não estruturais, demonstrando a necessidade de políticas permanentes de inclusão digital, principalmente em Angola. Isso leva-nos a entender que sem investimentos contínuos, o Ensino a Distância corre o risco de perpetuar desigualdades educacionais em vez de reduzi-las.

6. Recomendações para o Fortalecimento do Ensino a Distância em Angola

Com base nos resultados apresentados, fruto da literatura consultada e analisada, apresentamos agora algumas recomendações que no nosso entender podem fortalecer o Ensino a Distância em Angola e garantir que ela cumpra o seu papel de democratização do ensino e da educação. Passamos a descrevê-las:

- a. Necessidade de criação de programas de financiamento para o Ensino a Distância;
- b. Implementação de bolsas e subsídios específicos para estudantes da modalidade de Ensino a Distância;
- c. Expansão de programas de financiamento estudantil para contemplar os estudantes do Ensino a Distância;
- d. Investimento em Infraestrutura Tecnológica abertas para todos;
- e. Expansão do acesso à internet gratuita em áreas carentes e remotas;
- f. Parcerias com empresas para a distribuição de dispositivos tecnológicos aos estudantes;
- g. Criação de redes de suporte acadêmico para estudantes do Ensino a Distância.

Considerações Finais

Compreendemos que o Ensino a Distância (EaD) representa uma solução estratégica para ampliar o acesso à educação superior em Angola, especialmente para populações em condições socioeconômicas desfavoráveis e residentes em regiões remotas, vulgarmente conhecidas por zonas rurais ou recônditas. Contudo, apesar do crescimento dessa modalidade, persistem desafios estruturais que limitam a sua efectividade, como a falta de financiamento específico, dificuldades no acesso à internet e dispositivos tecnológicos. O estudo ora realizado evidencia que a exclusão do Ensino a Distância das políticas de bolsas de estudo, compromete o princípio da equidade educacional, tornando a modalidade inacessível para muitos estudantes. Enquanto alguns países desenvolvem iniciativas para fortalecer o Ensino a Distância, Angola ainda não dispõe de um mecanismo de financiamento que contemple os estudantes dessa modalidade, o que agrava as desigualdades no ensino superior. Por assim dizer, é essencial que o governo angolano reformule as suas políticas públicas para incluir esta modalidade nos programas de financiamento estudantil, garantindo que essa alternativa educacional seja

verdadeiramente acessível. Por outra, recomenda-se o investimento em infraestrutura tecnológica, como a ampliação do acesso à internet em áreas carentes e o fornecimento de dispositivos eletrônicos para estudantes de baixa renda. O fazer parcerias com empresas de tecnologia e operadoras de telecomunicações também podem viabilizar pacotes de internet acessíveis para os estudantes do Ensino a Distância. Por fim, acreditamos que o fortalecimento da modalidade não é apenas uma questão de expansão do ensino superior, mas sim, uma estratégia fundamental para a inclusão social e o desenvolvimento sustentável do nosso país. A implementação de políticas eficazes para essa modalidade de ensino, contribuirá para um sistema educacional mais justo, democrático e alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável plasmados na **Agenda 2030**, permitindo que mais angolanos tenham a oportunidade de se qualificar e transformar o meio em que habitam através da educação.

Contribuições dos autores:

1. **Emanuel Jamba Ferreira:** Idealizador da pesquisa, responsável pela elaboração da introdução, resumo, referencial teórico, discussão, conclusões, e referências.
2. **Cireneu de Jesus André Francisco:** Responsável pela metodologia, resultados, discussão, conclusões, referências e revisão ortográfica e textual.

Conflito de interesse

Os autores do artigo declaram que não há conflitos de interesse de ordem financeiro, pessoal, institucional, político, acadêmico ou comercial.

Referências Bibliográficas

- Patrocínio, G. D. A. M., & Magalhães, P. (2022). A Percepção dos Docentes Sobre a Implementação Ddo Ensino a Distância (Ead) em Angola: O Caso ca Universidade Agostinho Neto. *Anais CIET: Horizonte*.
- Barbante, C. J. S., Oliveira, L. R., & Tumbo, D. (2023). Os desafios da universalização da educação à distância no ensino superior. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, (26), 1-20.
- Barbante, C. J. S., Oliveira, L. R., Teixeira, M., & Tchivangulula, A. W. (2020). Perspectivas de implementação da modalidade de ensino a distância no ensino superior,

em Angola. PRATICA-Revista Multimédia de Investigação em Inovação Pedagógica e Práticas de e-Learning, 3(1), 85-101.

Alfredo, D. D. G. (2019). O Ensino a Distância em Angola. RICTS| Revista Internacional de Ciências, Tecnologia e Sociedade, 2 (4), 41-48.

Nonato, H. P., & Pinto, E. N. (2015). Educação a distância: vantagens e desvantagens. Universidade Federal de Goiás (UFG), Disponível em: <http://www.portal.inf.ufg.br/espinfedu/sites/www.inf.ufg.br/espinfedu/files/uploads/trabalhosfinais/Artigo%20EAD.pdf>, Acesso em: 10 de Março de 2025.

Perry, W., & Rumble, G. (1987). A Short Guide to Distance Education. International Extension College, Office D, Dales Brewery, Gwydir Street, Cambridge CB1 2LJ, England (2.50 pounds).

Cardeira, M. L. M., Machado-Taylor, M. L., Cabrito, B. G., Brites, R., Patrocínio, T., & Salomão, J., Ricardo, A., & Ortiz, P. (2021). O ensino a distância durante a COVID-19: experiência do Instituto Superior Politécnico de Benguela, Angola. Revista EDaPECI, 21(3), 53-67.

Rybalko, A., Kochetkova, I., Kin, O., Liulchak, S., & Khmil, N. (2023). Ensino a distância 2023: Tendências, desafios, problemas. Revista on line de Política e Gestão Educacional, e023044-e023044.

Brás, C. A. (2021). Avaliação das tele-aulas em tempo de covid-19 pelos encarregados de educação de Luanda. SAPIENTIAE, 7(1), 28-49. <https://www.publicou.uor.edu.ao/index.php/sapientia/article/view/263.pdf>

Alves, L. (2011). Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância, 10. Angola.

Organização das Nações Unidas-ONU. (2015). Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. https://www.instituto-camões.pt/images/ods_2edicao-web_pages.pdf.

União, A. (2015). Relatório da comissão sobre a Agenda 2063 da União Africana. A África que queremos em 2063. Disponível em: https://au.int/sites/default/files/pages/33794_file_agenda_2063_portuguese_final_revision_d_first_ten_year_implementation_plan_12_10_15_portuguese.pdf.

Bardin, L. (2011). Análise de conteúdo. Edições 70. Disponível em: <https://archive.org/details/bardin-laurence-analise-de-conteudo/page/n5/mode/2up?>

Gil, A. C. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social (6ª ed.). Atlas. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdfv>

Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2003). Fundamentos de metodologia científica (5ª ed.). Atlas. Disponível em: https://www.academia.edu/111327929/LAKATOS_MARCONI_FUNDAMENTOS_D_E_METODOLOGIA_CIENTIFICA?

Minayo, M. C. S. (2012). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde (12ª ed.). Hucitec. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/33023325_O_desafio_do_conhecimento_Pesquisa_qualitativa_em_saude

Cury, C. R. J. (2005). Financiamento da educação: O difícil equilíbrio entre o público e o privado. Cortez Editora.

Link:

https://www.academia.edu/75995288/O_financiamento_da_educacao

Cunha, L. A. (2016). Educação e financiamento no Brasil: Desafios e perspectivas. Vozes.

Link: <https://www.scielo.br/j/es/a/45zhjNcFWQWnLPmtwszcptf/?format=pdf>

Moran, J. M. (2018). Educação inovadora: Novos desafios para professores e alunos. Papirus.

Link: https://www.scielo.br/j/pp/a/tpC76cg8bvZGYZJW5BwSfkR/SciELO_Brasil

Silva, M. R., & Araújo, T. C. (2021). Políticas públicas para a educação a distância no Brasil: Um olhar crítico sobre o financiamento e a equidade. Editora UFSC.

Link: <https://www.scielo.br/j/es/a/DMfv3ZSwQTSFgQ3DVX7qrFJ/?format=pdf>
[SciELO Brasil+1SciELO Brasil+1](#)

Sguissardi, V. (2009). O financiamento da educação superior no Brasil e seus desafios contemporâneos. Annablume. Link:

<https://www.scielo.br/j/es/a/DMfv3ZSwQTSFgQ3DVX7qrFJ/>

Souza, D. F. (2017). Educação a distância no Brasil: Avanços, desafios e perspectivas. Unesp. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/45zhjNcFWQWnLPmtwszcptf/>

Vieira, R. A., & Vidal, E. M. (2019). Acesso e permanência na educação superior: Desafios do ensino a distância no Brasil. Editora Autêntica. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/45zhjNcFWQWnLPmtwszcptf/>

Legislações Consultadas

Decreto Presidencial 321/20 de 24 de Dezembro. Regulamento das modalidades de Ensino a distância e semi-presencial no ensino primário e secundário.

Decreto Presidencial 59/20, de 30 de Março de Regulamento das modalidades de Ensino a distância e semi-presencial no subsistema de ensino Superior.

Decreto Presidencial nº 63/20 de 4 de Abril. Março Geral de Bolsas de Estudo.

Instituto Nacional de Estatística de Angola-INEA. (2023). Anuário Estatístico do Ensino Superior 2021-2022. Dezembro de 2023.

Ministério da Educação-MED. (2020). Suspensão de Actividades Lectivas da Educação Pré Escolar ao II Ciclo do Ensino Secundário. Decreto Executivo n.º 01/20, de 19 de Março. Angola.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.